



## **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 003640/2025**

Institui a Rede Estadual de Reabilitação Pós-UTI, destinada ao atendimento integral de pacientes que apresentem sequelas físicas, cognitivas ou emocionais decorrentes de internações prolongadas em unidades de terapia intensiva, e dá outras providências.

### **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO DECRETA:**

Art. 1º Fica instituída, a Rede Estadual de Reabilitação Pós-UTI, destinada a oferecer atendimento multiprofissional para pacientes que apresentem limitações ou sequelas decorrentes de internação em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), independente da causa da internação.

Art. 2º A Rede Estadual de Reabilitação Pós-UTI terá como objetivos:

I - promover a recuperação funcional global do paciente após alta da UTI;

II - prevenir incapacidades permanentes e reduzir impactos físicos, cognitivos e emocionais;

III - garantir acompanhamento multiprofissional contínuo, conforme critérios clínicos;

IV - apoiar o retorno seguro às atividades cotidianas e à autonomia;

V - integrar, articular e qualificar os serviços estaduais de reabilitação já existentes.

Art. 3º A Rede será composta por:

I - unidades estaduais de referência em reabilitação;

II - ambulatórios especializados;

III - centros de fisioterapia, terapia ocupacional e fonoaudiologia vinculados ao SUS no Estado;

IV - serviços hospitalares estaduais que possuam programas estruturados de atenção pós-UTI;

V - demais equipamentos públicos ou conveniados com atuação na reabilitação integral.

Parágrafo único. A Rede poderá celebrar termos de cooperação com Municípios, universidades, entidades filantrópicas e organizações da sociedade civil, sem imposição obrigatória de encargos aos entes municipais.

Art. 4º O atendimento na Rede Estadual de Reabilitação Pós-UTI observará:

I - avaliação clínica e funcional inicial;

II - definição de plano terapêutico individualizado;

III - atendimento integrado por equipe multiprofissional, podendo incluir:

a) fisioterapia;

b) terapia ocupacional;

c) fonoaudiologia;

d) psicologia;

e) psiquiatria;

f) enfermagem especializada;

g) nutrição;

IV - monitoramento evolutivo periódico

V - integração com serviços de atenção primária e especializada, quando necessário.

Art. 5º O Poder Executivo poderá implementar treinamento e capacitação de profissionais da saúde para atuação na reabilitação pós-UTI.

Art. 6º As ações previstas nesta Lei poderão ser executadas de forma articulada com políticas nacionais e estaduais de saúde, observada a legislação do Sistema Único de Saúde.

Art. 7º A implementação da Rede Estadual de Reabilitação Pós-UTI observará a disponibilidade orçamentária, podendo ser executada de forma gradual, conforme regulamentação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **Justificativa**

As internações prolongadas em Unidades de Terapia Intensiva podem gerar sequelas significativas, conhecidas como Síndrome Pós-UTI, que afetam a capacidade física, cognitiva e emocional dos pacientes, comprometendo sua

autonomia, qualidade de vida e capacidade de retomar atividades cotidianas. Essas sequelas incluem perda muscular acentuada, dificuldades respiratórias, déficits de memória e concentração, ansiedade, depressão e transtornos relacionados ao trauma da internação.

A criação da Rede Estadual de Reabilitação Pós-UTI tem como finalidade garantir que pacientes que passaram por longos períodos de tratamento intensivo recebam acompanhamento integral e contínuo, incluindo fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, acompanhamento psicológico, neuropsicológico e reabilitação respiratória. A política assegura que a assistência não se encerre no momento da alta hospitalar, promovendo um cuidado ampliado que favorece a reinserção social, a autonomia e a recuperação funcional dos pacientes.

A iniciativa fortalece a atenção integral à saúde, reduz readmissões hospitalares, melhora prognósticos clínicos e diminui o impacto econômico e social decorrente das sequelas pós-UTI, beneficiando as famílias e o sistema de saúde. Além disso, contribui para a integração entre unidades hospitalares, centros de reabilitação, atenção básica e serviços especializados, criando um fluxo assistencial mais eficiente e humanizado.

Assim, a instituição da Rede Estadual de Reabilitação Pós-UTI configura medida juridicamente amparada, socialmente essencial e sanitariamente estratégica, reafirmando o compromisso do Estado de Pernambuco com a atenção integral à saúde, a dignidade humana e a reabilitação de pacientes que enfrentaram condições críticas e prolongadas de internação.

Portanto, solicito a meus Nobres Pares o apoio necessário para aprovação deste projeto de lei.

**Sala das Reuniões, em 01 de Dezembro de 2025.**

**LUCIANO DUQUE  
DEPUTADO**

**Às 1ª, 2ª, 3ª, 9ª, 11ª comissões.**

Proposição sujeita a análise de impacto orçamentário nos termos do art. 250-a do regimento interno.